

Argumentação, Metáforas e Labirintos

Márcio Silveira Lemgruber

mslemgruber@gmail.com - Faculdade de Educação/UFJF

Resumo

Este artigo aborda, com o referencial da teoria da argumentação de Chaïm Perelman, o papel das analogias e metáforas como recursos argumentativos, sobretudo no sentido de servirem de fundamento para concepções epistemológicas e pedagógicas. Aponta algumas metáforas educacionais sobre a relação professor aluno. Destaca a metáfora do labirinto, trazendo interpretações sobre narrativas da mitologia e estudos sobre a tipologia e resolução de labirintos. Recorrendo à literatura, especialmente aos contos labirínticos abertos de Jorge Luis Borges, esboça a exploração de suas contribuições para se pensar a complexidade e a educação, em tempos de internet e hipertexto.

Palavras-chave: Teoria da argumentação. Metáforas. Labirinto.

Argumentation, Metaphors and Labyrinths

Abstract

This paper discusses the role of analogies and metaphors as argumentative resources, especially serving as the basis for epistemological and pedagogical conceptions. The theoretical reference is Chaïm Perelman's treatise on argumentation. Several educational metaphors pertaining to the teacher-student relationship are discussed. The metaphor of the labyrinth is highlighted, with interpretations of mythological narratives and studies on the typology and solving of labyrinths. Turning to literature, especially Jorge Luis Borges' short stories on open labyrinths, the paper explores his contributions to reflections on complexity and education in the era of Internet and hypertext.

Key words: Theory of Argumentation. Metaphors. Labyrinth.

Talvez a história universal seja a história de algumas metáforas.

Jorge Luis Borges

Introdução: Entrando no Labirinto

Metáforas, geralmente, são vistas como figuras de linguagem para embelezar um texto. Sem dúvida, cumprem essa função. Mas, seu uso é muito mais amplo. Talvez seja impossível se pensar a comunicação no dia-a-dia sem recorrer a elas. Entram de tal maneira em nosso modo de nomear as coisas, que parecem naturais ou mesmo obrigatórias, como a única possibilidade de designar determinadas coisas tais como folhas de papel ou os pés de uma mesa. Na linguagem poética, é um recurso poderoso,

através do deslocamento de significados. Cumpre a vocação da arte de nos tirar do lugar habitual, de causar espanto, como a pedra no caminho, de Drummond.

Mas, aqui, vamos explorar outra função das metáforas: sua utilização enquanto recurso argumentativo, ou seja, como elementos de persuasão. Abordaremos, sobretudo, seu sentido fundante de um campo, de uma concepção teórica. Se, nas ciências da natureza, elas têm um caráter heurístico, de anunciar um tipo de entendimento que tende a ser consolidado pela linguagem matematizada, através de fórmulas e equações, nas ciências humanas, como a filosofia ou a educação, elas servem para balizar uma concepção sobre determinado assunto.

Para isso, visitaremos a teoria da argumentação, seu lugar na tradição filosófica ocidental e, dentro dela, o papel das metáforas como recursos argumentativos. Veremos a utilização de algumas metáforas fundantes de concepções educacionais e filosóficas. Dentre essas, enfatizaremos a superação de metáforas como cadeia ou corrente, dando a idéia de linearidade na representação da aquisição do conhecimento, por teia ou rede, que melhor expressam concepções epistemológicas complexas.

Nosso foco será a metáfora do labirinto, sugerindo pistas que ela pode trazer para concepções epistemológicas atuais, especialmente quando pensada como labirintos abertos, tais como a *internet* e o hipertexto - com os desafios de navegação - em suas relações com a educação. O tema não se esgota, é claro, mas a intenção é que possa provocar novas reflexões e diálogos.

1º. Bívio: A Tradição Retórica

Mas há fronteiras nos jardins da razão.

Chico Science

Nosso encontro com labirintos acontece a partir do estudo do *Tratado da Argumentação* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, mais especificamente, do lugar das metáforas como recursos de persuasão. Portanto, entrando em nosso labirinto textual, a escolha na primeira encruzilhada, ou, para usar um termo mais adequado à labirintologia, no primeiro bívio, será a tradição retórica de que é herdeira a teoria da argumentação.

Guiados por Perelman, vamos trilhar um corredor um tanto esquecido, relegado a um desprestígio secular: a retórica. Isto porque esse primeiro bívio é divisor de duas grandes tradições filosóficas gregas. Uma delas é consagrada na história do pensamento ocidental. Constituiu o caminho vitorioso, consolidado por filósofos como Sócrates e Platão. Mas, na verdade, é ainda anterior a eles. A concepção de dois mundos, que marcou tão profundamente a filosofia ocidental, foi elaborada desde Parmênides. O filósofo espanhol Manuel García Morente destacou sua importância: “Parmênides tomou

o ser, espetou-o na cartolina há vinte e cinco séculos, e lá continua ainda, preso na cartolina, e, agora, os filósofos atuais não vêem o modo de tirar-lhe o alfinete e deixá-lo voar livremente” (MORENTE, 1980, p. 79).

Segundo essa tradição filosófica, os dois mundos corresponderiam à perfeição e à imperfeição, respectivamente, no “mundo das idéias” e no mundo sensível em que vivemos. Caberia ao filósofo, hábil no manejo das ferramentas do pensamento racional, atingir - ou, enquanto reminiscência, recordar - o conhecimento verdadeiro, através da apreensão das essências das coisas. Opõem-se *epistheme* e *doxa*, ou seja, verdade e opinião, desqualificando-se esta. Em contrapartida, é sobre esse material imperfeito, porque produto do humano, que trabalharão retóricos e sofistas, percebendo como convenções culturais a religião, os valores morais, a política, a estética. Este é o sentido proposto por Protágoras ao sustentar que “o homem é a medida de todas as coisas”. O conhecimento cai do mundo das idéias e passa a ser visto como tecido na cultura.

Ainda no mundo grego, Aristóteles contribuiu para um alargamento na noção de racionalidade, pois seu *Organon* comportava tanto o verdadeiro quanto o verossímil, ao classificar os raciocínios em analíticos e dialéticos. Mesmo assim, apesar de reconhecer essas duas formas distintas de racionalidade,

o estudo que daqueles (dos raciocínios analíticos) empreendeu nos *Primeiros* e nos *Segundos Analíticos* valeu-lhe ser considerado, na história da filosofia, como o pai da lógica formal. Mas os lógicos modernos esqueceram, porque não lhes tinham percebido a importância, que ele tinha estudado os raciocínios dialéticos nos *Tópicos*, na *Retórica* e nas *Refutações Sofísticas*, o que faz dele, igualmente, o pai da teoria da argumentação (PERELMAN, s.d., p.21).

Cabe reconhecer, contudo, que esse corredor de nosso labirinto já teve grande prestígio, tendo sido, por muitos séculos, a base do ensino. Na Roma antiga, o estudo da retórica foi concebido por mestres do porte de Quintiliano e Cícero como um falar bem no sentido de argumentar bem. Suas obras, além da *Retórica* de Aristóteles, podem ser consideradas como precursoras da psicologia pela importância que conferiam à correta avaliação do auditório a que o orador se dirigiria, reconhecendo a necessidade de que ele conhecesse os sentimentos, empatias, resistências, identificações e humores da platéia. “O cuidado com o auditório transforma certos capítulos dos antigos tratados de retórica em verdadeiros estudos de psicologia” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 23).

Entretanto, tal tradição foi, cada vez mais, se reduzindo a torneios de eloquência que primavam pela abundância de citações, a uma idéia do bem falar como algo rebuscado, com a utilização abusiva de figuras de linguagem consideradas obrigatórias. No *Império*

Retórico, que é uma versão resumida do *Tratado da Argumentação*, Chaïm Perelman (s.d. p. 23) aponta que, em 1555, Pierre Ramus (*Dialectique*), ao classificar no *trivium* – artes do discurso – “a dialética como a arte de bem raciocinar e a retórica como a arte do bem dizer, isto é, do uso eloqüente e ornamentado da linguagem”, inaugura uma linhagem que limitará a retórica simplesmente ao estudo das figuras de linguagem.

Com a Modernidade, arquiteta-se um mundo passível de ser decifrado pela ciência, pela nova física de Galileu, por estar escrito em caracteres matemáticos. Teria sido de melhores conseqüências se tivesse prevalecido o entendimento de que o livro da natureza está escrito também - mas não tão somente - em linguagem matemática.

Descartes, administrador filosófico dessa nova visão de mundo, nos assegura que a linguagem divina, expressa na criação, teria que ser exata. Isto por que o “bon Dieu” não nos faria a maldade de criar um mundo que não fosse plenamente inteligível pela razão. Consumou-se uma redução da idéia de razão, limitada à razão demonstrativa, pois o filósofo francês considerava quase como falso tudo quanto era apenas verossímil. Em seus jardins da razão, não sobrava espaço para o razoável, o plausível, o preferível, matérias-primas da racionalidade argumentativa.

Quando Isaac Newton publica, em 1687, seus *Princípios matemáticos de filosofia natural*, o modelo mecanicista para explicar o mundo atinge seu auge. Louvou-se que a obra do criador, o relojoeiro divino, teria sido, definitivamente, decifrada pelo cérebro desse genial terráqueo. A humanidade seria capaz de entender e, mais do que isso, dominar a natureza. Tal crença se reforçou ainda mais nos séculos seguintes, assumindo um caráter verdadeiramente religioso com o positivismo, já no século XIX.

Contudo, a proposição de geometrias não-euclidianas, que ousaram pensar sobre o espaço curvo, e as revoluções no entendimento do infinitamente grande (teorias da relatividade) e do infinitamente pequeno (física quântica) “tiraram o tapete” dessa euforia, apontando suas limitações. Deu-se uma “mudança de paradigma” ou um “corte epistemológico”, como Gaston Bachelard já categorizava, cerca de 50 anos antes de Thomas Kuhn.

A defesa de uma epistemologia histórica, pluralista e setorial, por Bachelard, na década de 30 do século passado, encontrei também na teoria da argumentação de Chaïm Perelman, de quem tomei conhecimento através de artigos e palestras do saudoso professor José Américo Pessanha.

Tendo-a como referencial, convido o leitor à exploração de corredores dedicados ao estudo das metáforas como fundantes de concepções epistemológicas, particularmente da metáfora do labirinto e de sua relação com o conhecimento em rede e com o hipertexto.

2º. Bívio – A Teoria da Argumentação

Nossa opção por Chaïm Perelman significa assumir escolhas. Poderíamos seguir outros corredores do resgate do estudo da argumentação. Concomitante com o *Tratado da Argumentação*, na década de 50 do século passado, o inglês Toulmin publica *Os usos do argumento*. Essa obra também é marcante em tal empenho, mas não a adotaremos como referência, pois, para nosso objetivo, sua abordagem é limitada. Seu foco é, sobretudo, a lógica do discurso, com ênfase nos argumentos classificados como quase-lógicos, do que escapam as metáforas.

Chaïm Perelman (1912-1984), polonês de origem, viveu e produziu sua obra na Bélgica. Seu principal livro, o *Tratado da Argumentação – a nova retórica*, escrito juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, publicado em 1957, somente foi editado no Brasil em meados dos anos noventa.

Podemos dizer que sua escrita se opõe, sobretudo, a uma redução da idéia de razão que exila de seu território o vastíssimo campo do verossímil:

As filosofias monistas procuram sempre reduzir a pluralidade de opiniões opostas à unicidade da verdade. Para conseguir, eles imaginaram uma razão divina, garantia do verdadeiro e do justo, onde a razão humana seria só um reflexo. Esta razão eterna e invariável, reconhecendo a evidência de certas proposições, garantiria pelo fato em si sua verdade, que se imporia a todo ser racional. É assim que, para os racionalistas, tais como Descartes ou Spinoza, o método dos geômetras que procede por intuição e por demonstração, serviria de modelo a todos os problemas humanos, as regras válidas em matemática se impondo em todos os domínios (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 16).

É importante ressaltar que a teoria da argumentação não dirige suas críticas à concepção de racionalidade dedutiva ou demonstrativa em si, à possibilidade de gerar certezas dentro de um sistema formal ou ao caminho indutivo que consegue reduzir seu objeto de estudo ao cálculo, a expressões mensuráveis. O que Perelman critica é o expansionismo deste tipo de razão quando se pretende única, balizando os domínios do conhecimento em racionais ou não. Neste contexto, as ciências humanas e sociais são consideradas “inferiores” às ciências exatas e naturais. Seu “atraso” é visto como proporcional à dificuldade ou incapacidade de se matematizar.

Assim, ao conceber o amplíssimo espaço das ciências humanas e sociais como terreno da racionalidade argumentativa, Perelman não o desqualifica como território de desrazão, etapa inferior para a ascensão às certezas do cálculo, mas o vislumbra como o lugar onde se tecem, continuamente, acordos e dissensos, tradições e rupturas, enfim,

significações não redutíveis a signos unívocos. Nos domínios em que se trata de estabelecer aquilo que é preferível, o que é aceitável e razoável, os raciocínios não são deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas argumentações de toda a espécie, visando ganhar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento. É esse o *império retórico*: o imenso campo da linguagem verbal, onde cabem desde as conversas do dia-a-dia, até as argumentações mais rigorosamente elaboradas.

A teoria da argumentação constitui uma revitalização e reformulação de aspectos fundamentais da razão grega. Retoma uma concepção de racionalidade que, como lembra o historiador Jean-Pierre Vernant, prevalecia na Grécia antiga. Trata-se de uma razão destinada não a transformar as coisas, pela objetivação da natureza, mas a influir sobre as pessoas, pelas técnicas de persuasão.

Sua *nova retórica* se opõe, igualmente, à visão essencialista de Platão, à existência da verdade no “mundo das idéias”. Nesse ponto, é herdeiro dos sofistas: é culturalista. Concebe a verdade tecida no - e pelo - humano. Portanto, verdades. Afina-se, por outro lado, com Aristóteles, quando este reconhece que é nas disciplinas práticas, como a ética e a política, onde as escolhas e as controvérsias são inevitáveis, que o recurso à argumentação se impõe, trate-se de uma deliberação íntima ou de uma discussão pública.

3º. Bívio – Metáforas e Argumentação

Na cartografia das técnicas argumentativas (que ocupa cerca de 2/3 das quase 600 páginas do Tratado), analogias e metáforas são apontadas como recursos dos mais eficazes entre os argumentos que fundam a estrutura do real, ou seja, os que, a partir de um caso conhecido, permitem estabelecer um precedente, um modelo ou uma regra geral, como também operam os raciocínios pelo modelo ou pelo exemplo. Os argumentos por analogias e metáforas são, portanto, úteis para se estruturar um pensamento, para comunicá-lo a outrem, para um alargamento e reenquadramento da percepção que se tem da realidade.

Para compreendermos o papel argumentativo das metáforas é melhor partirmos de seu parentesco com as analogias, que estabelecem uma relação entre duas realidades distintas e, por isso, ao contrário da proporção matemática, não têm a força constringente da certeza, podem ser contestadas, parcial ou totalmente.

Apesar dessas limitações, as analogias se constituem em um dos mais poderosos meios de se tentar persuadir outrem. São inevitáveis, por exemplo, como recurso para a ancoragem de informações e conhecimentos novos nos saberes prévios dos alunos.

Metáforas são apresentadas por Perelman como analogias condensadas, como quando se diz que alguém está na noite da vida, para sugerir que está velho. Ou seja, há uma economia na comparação. Em vez de ser explicitada por inteiro como na analogia – a noite está para o dia, assim como a velhice está para a vida – ela vem resumida. Por isso, é menos explicativa, porém, mais impactante.

O uso das metáforas é examinado, não na perspectiva da poética, mas no da retórica, mostrando em que medida ele orienta o pensamento:

É neste contexto que se pode falar de metáforas fundamentais, *root metaphors*. Que pretendem impor como verdadeira uma ontologia, uma visão de mundo. Todo o raciocínio filosófico ou teológico, em lugar de se iniciar por uma metáfora que no fim deve ser eliminada, tentará apresentar as razões que vão justificar a preferência conferida, em última análise, a determinada analogia em detrimento de outra. É nesse contexto que se deverá falar de “verdade metafórica”, aquela que exprime o real de maneira mais adequada (PERELMAN, 1987, p. 209/210).

Por isso, é possível estudar a história da filosofia destacando não somente a estrutura dos sistemas, mas, também, as analogias que lhes fundamentam, a maneira como cada filósofo delas fazem uso, adaptado-as ao seu ponto de vista. “Existe um material analógico que atravessa os séculos e que cada pensador usa do seu jeito” (PERELMAN, 1999, p. 345).

Mas, mesmo na vida cotidiana, utilizamos, quase sem nos dar conta, expressões metafóricas que cristalizam um sentido, deixando de carregar ambivalências. Podemos perceber esse fato, especialmente, em metáforas originárias de analogias com o mundo sensível:

Certos termos, tais como *luz, altura, profundidade, cheio, vazio, oco*, embora tirados do mundo físico, parecem carregados de valor no início. É possível que seja assim. Mas talvez eles já tenham servido tantas vezes como elementos do foro, em analogias cujo tema pertencia ao mundo espiritual, que já não se lhes pode apartar o valor resultante desse papel (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 435).

É interessante perceber, também no campo literário, a forte tendência à cristalização dos sentidos metafóricos, denunciada pelo escritor portenho Jorge Luis Borges:

Há talvez trinta anos, minha geração se surpreendeu com o fato de os poetas terem desprezado as múltiplas combinações e, de modo maníaco, se limitado a uns poucos grupos famosos: as estrelas e os olhos, a mulher e a flor, o tempo e a água, a velhice e o entardecer, o sono e a morte (BORGES, 1998, p. 422).

É justamente um discípulo de Borges quem explora a metáfora do ser humano como um livro ou do mundo como um texto. Em *Uma história da Leitura*, Alberto Manguel nos mostra como a metáfora da leitura é reforçada por imagens que estão dentro do corpo do leitor. Assim, por meio de metáforas gastronômicas,

escritores falam em cozinhar uma história, misturar os ingredientes do enredo, ter idéias cruas para uma trama, apimentar uma cena, acrescentar pitadas de ironia, pôr molho, retratar uma fatia de vida, e nós, os leitores, falamos em saborear um livro, encontrar alimento nele, devorá-lo de uma sentada, ruminar um texto, banquetearmo-nos com poesia, mastigar as palavras do poeta, viver numa dieta de romances policiais (MANGUEL, 1997, p. 196).

A existência dessas metáforas que se fixaram de uma maneira consagrada, não significa, de modo algum, que se tenham esgotado suas possibilidades de utilização, que resultarão sempre ilimitadas. Mas, tomando um foco, em nosso caminho labiríntico rumo ao hipertexto, cabe destacar a superação, cada vez mais hegemônica, de concepções epistemológicas lineares pelas que enfatizam a complexidade e, por isso, se expressam tão bem nas metáforas de rede ou teia.

O pensamento não desconfia muito da metáfora, que se limita a desenvolver a expressão “o encadeamento das idéias”, mas cujo caráter analógico percebemos imediatamente se lhe opomos outra analogia. Opondo-me à concepção, a um só tempo dedutiva e unitária, do raciocínio em Descartes, e à sua visão do raciocínio como uma cadeia, escrevi num texto que analisava a estrutura do discurso argumentativo: “quando se trata da reconstituição do passado, o raciocínio se parece muito mais com um tecido cuja solidez é de longe superior à de cada fio que lhe constitui a trama” (PERELMAN, 1997, p. 339).

Antes de chegarmos à metáfora do labirinto e buscar relacioná-la com o hipertexto, vamos dar uma rápida olhada no corredor de metáforas fundantes de concepções educacionais.

4º. Bívio: Metáforas e Educação

Perelman não tratou diretamente da educação. Aliás, meu estudo de sua obra visa, justamente, buscar contribuições da teoria da argumentação para a prática pedagógica, trazendo para este campo reflexões que têm por base as noções de orador (professor), auditório (alunos), assim como a importância de se partir dos valores admitidos pelo auditório (saberes prévios dos alunos).

Também no campo educacional, as metáforas desempenham importante papel de estruturar um pensamento. Assim, diferentes concepções de educação recorrem às metáforas que lhes são convenientes.

De um lado, serve como exemplo a analogia de Comenius, em sua *Didática Magna*, do ato educacional com o trabalho realizado nas tipografias. O aluno é equiparado a uma folha em branco a ser impressa pelo saber dos livros que o professor utiliza. Essa metáfora da folha em branco - assim como outras que assemelham o estudante a um copo vazio a ser preenchido pelo professor ou a objeto de depósito de conhecimentos (concepção bancária da educação, criticada por Paulo Freire) – expressa um modo de ver o aluno sem conhecimentos prévios.

Por outro lado, temos uma metáfora milenar, que aponta para outra maneira de conceber a relação pedagógica. É a imagem do professor como parteiro, expressa por Platão, no diálogo *Teeteto*. Nela, o conhecimento não vem de fora. Está no próprio aluno e a tarefa do mestre Sócrates, por meio da dialética, é estimulá-lo a parir este saber. É interessante notar que esta imagem só guarda sintonia com a epistemologia perelmaniana quanto à importância de se partir dos conhecimentos e valores admitidos pelo auditório. Quanto à natureza destes, porém, há um radical distanciamento. Isto porque o mestre platônico é parteiro das mesmas conclusões nos diferentes alunos, pois são as essências das coisas com que nos deparamos em nosso mundo sensível. Conceitos necessários, visto que reminiscências do “mundo das idéias”.

Utilizando o procedimento argumentativo de conservar o foro da analogia, modificando-lhe, porém, as conseqüências, podemos dizer, em sintonia com a teoria da argumentação, que o professor também pode ser visto como parteiro, mas os rebentos não serão iguais. Isto porque Perelman não comunga uma visão essencialista de conhecimento. Sua visão é, em oposição, histórica e cultural. Assim, os conhecimentos que se dão à luz no processo pedagógico trazem a marca da diversidade, pois refletem condições biológicas, psicológicas e socioculturais dos alunos que os geram.

5º. Bívio: A Metáfora Labirinto

Não preciso erguer um labirinto, quando o universo já o é.

Jorge Luis Borges

Labirintos são símbolos arquetípicos dos mais recorrentes da humanidade. O mais famoso, sem dúvida, é o labirinto da ilha de Creta, habitado pelo Minotauro. Aprendemos na escola que sua lenda representa a dominação de Cnossos sobre o mundo grego e que

a morte do monstro por Teseu corresponde à libertação daquele jugo. Contudo, este símbolo é muito rico de significados e permite diversas leituras, para além da histórica. Um forte elemento dessa narrativa é o mito do herói, dessas poderosas figuras tutelares que, como Hércules e Teseu lutam para proteger os humanos comuns. É um arquétipo que perpassa o tempo, que muda apenas de roupagens, chegando aos nossos dias como Super-Homem, Batman ou Homem-Aranha. O mito do herói carrega, ainda, a sina do sacrifício, seja em figuras mitológicas, seja nos humanos alçados a esse lugar. Basta lembrar a comoção nacional pela morte do piloto Ayrton Senna que, curiosamente, como que para cumprir esse destino, morreu no circuito italiano de Ímola, que significa sacrifício.

Outra característica simbólica recorrente de sacrifício aparece na lenda: o abate de animais para aplacar nossa própria animalidade. A morte do Minotauro pode ser vista como a vitória da natureza espiritual do homem sobre suas pulsões mais profundas, que não consegue controlar. O Minotauro representaria o que é reprimido no inconsciente do labirinto. Essa leitura, tão bem desenvolvida por Borges e Cortázar, nos condena a carregar, em nós mesmos, os nossos monstros e ter que aprender a conviver com eles.

O que assegura a perenidade da metáfora do labirinto é o fascínio ao experimentar o risco diante do desconhecido, desde a antiguidade quando os cretenses se aventuravam em rituais iniciáticos nas cavernas da ilha, até hoje, quando uma criança percorre com o lápis um passatempo de gíbi, em seu quarto.

Alguns estudiosos da mitologia grega, como Junito Brandão, vêm nos ritos iniciáticos representados pelas provas de coragem de descidas às cavernas e grutas, especialmente no monte Iucta, o dado de realidade do mito. O labirinto, que está cunhado em moedas cretenses, seria também metáfora do útero materno:

As grutas e cavernas desempenhavam um papel religioso muito importante, não apenas na religião cretense, mas em todas as culturas primitivas. A descida a uma caverna, gruta ou labirinto simboliza a morte ritual, do tipo iniciático. Nesse e em outros ritos da mesma espécie, passava-se por uma série de experiências que levavam o indivíduo aos começos do mundo e às origens do ser, donde o saber iniciático é o saber das origens. Esta catábase é a materialização do *regressus ad uterum*, isto é, do retorno ao útero materno, donde se emerge de tal maneira transformado, que se troca até mesmo de nome. O iniciado torna-se *outro* (BRANDÃO, 1987, p 54).

Apesar de ser menos intrincado do que as cavernas e grutas das montanhas, foi o palácio de Cnossos, escavado pelo arqueólogo inglês Arthur Evans, seguindo pistas da mitologia, que passou à história como o fundamento histórico do labirinto. Duas razões justificaram essa fama. Primeiramente, por ser uma construção com muitas salas e

cômodos, devido ao fato de ser, além de sede da monarquia, local de produção e estocagem de produtos de exportação do próspero comércio marítimo da civilização egéia. Além disso, há uma explicação de cunho etimológico. Por ostentar em corredores e salas o símbolo do machado de dois gumes – *lábrys* –, para alguns, pode ser feita a aproximação com *labýrinthos*. Seria outra explicação para o palácio do machado duplo estar na origem do mito.

Essa representação de duplo nos sugere uma pista fecunda. O próprio Minotauro é fruto de uma dupla traição. Inicialmente, é Minos (miticamente, filho de Zeus e Europa - que Zeus raptara sob a forma de touro) quem não cumpre uma promessa de sacrificar um belíssimo touro branco a Poseidon. Para vingar-se, o deus fez Pasífae, a esposa de Minos, apaixonar-se irresistivelmente pelo animal. Sem saber como entregar-se ao touro, Pasífae recorreu às artes de Dédalo, o lendário arquiteto do labirinto, que elaborou uma novilha de bronze tão perfeita, que conseguiu enganar o animal. Pasífae colocou-se dentro e concebeu um ser monstruoso: o Minotauro. Este surge, portanto, como índice de uma traição. Uma aberração temida e confinada por Minos.

É sobre esse material farto de significados profundos de pulsões e recalques que trabalharão Jorge Luis Borges e Julio Cortázar, respectivamente, em *A casa de Astérion* e *Os Reis*. São exercícios de alteridade em relação a sentidos cristalizados milenarmente, adotando o ponto de vista do Minotauro, que se transforma de vilão a herói, entregando-se à morte como redenção libertadora, como narram Cortázar (“Não compreendes que te estou pedindo que me mates, que te estou pedindo a vida?”) e Borges (“Acreditarás, Ariadne? – disse Teseu. – O minotauro mal se defendeu.”).

O labirinto como metáfora do inconsciente, habitado por nossos monstros, perpassa toda a trama de Cortázar:

Minos: Mas meus sonhos entram no labirinto... Ó sonhos em que não sou mais o senhor! Reinar em mim, ó última tarefa de rei, ó impossível!...

Minotauro: Olha, só há um meio para matar os monstros: aceitá-los...

Eu descerei para habitar os sonhos de suas noites, de seus filhos, do tempo inevitável da estirpe. ...Da minha liberdade final e ubíqua, meu labirinto diminuto e terrível em cada coração de homem (CORTÁZAR, 2001, p. 20).

No acurado prefácio que escreveu para a edição brasileira de *Os Reis*, o editor e psicanalista Ari Roitman destaca um trecho onde o Minotauro diz a Teseu “Devias golpear com uma fórmula, uma oração: com outra fábula”, para, em seguida, comentar:

Cortázar, mestre da ficção, conhece o valor da fórmula, da oração, da fábula. São suas matérias-primas, seu material de trabalho, os elementos alquímicos com que opera o encantamento da criação literária. Por isso ele sabe que a linguagem, em sua combinatória incessante na busca de nomear o inefável, vez

por outra desfia uns fiapos de verdade (ROITMAN, *apud* CORTÁZAR, 2001, p. 14).

Outra famosa representação da metáfora de labirinto, ou melhor, do conhecimento como um labirinto, é a biblioteca de *O Nome da Rosa*. Ela é um labirinto fechado, que tem paredes, limites, onde o risco é se perder, não conseguindo encontrar a saída. Significa perigo, dificuldades. O caminho não é linear, pelo contrário, é sinuoso, repleto de armadilhas, obrigando a retrocessos. É emblemática sua porta, que só abre pelo lado de dentro, simbolizando o controle dos que detém o conhecimento. Por ele, pode-se perder, morrer ou matar, como na abadia medieval de Umberto Eco.

Para vencer o desafio de encontrar a saída nos labirintos, desenvolveram-se, ao longo da história, regras de que tomei conhecimento por Frei William de Baskerville, quando, desorientado na biblioteca-labirinto, murmura para seu noviço Adso de Melk, como que pensando alto: “para se sair de um labirinto deve-se dobrar sempre à esquerda”. Deparei-me com algo semelhante quando um personagem de Borges, no conto *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam*, se recorda de que “o conselho de sempre dobrar à esquerda lembrou-me que tal era o procedimento comum para descobrir o pátio central de certos labirintos.” Entendi que havia um saber sistematizado, uma autêntica labirintologia. Fui encontrá-la ao reparar, no mapa conceitual da Enciclopédia Einaudi, a existência do verbete *Labirinto*, escrito por Pierre Rosenstiehl, no volume 13, dedicado à Lógica-Combinatória.

Conheci, então, a tipologia dos labirintos. O mais simples deles é o unicursal, isto é, feito de uma só linha, sem bívios, portanto, sem possibilidade de escolha. O efeito de confusão se dá, tão somente, pelos meandros e sinuosidades do corredor que se retorce sobre si mesmo. Por isso, não é considerado, propriamente, como um labirinto: “Este só adquire sentido desde que haja ramificações, isto é, uma encruzilhada que dê acesso pelo menos a três corredores” (ROSENSTIEHL, 1988, p. 256). São os bívios que caracterizam a tipologia de árvore nos labirintos-passatempo das crianças que “são concebidos como árvores curvadas, habilmente construídas no plano; o jogador perde-se nos *cul-de-sacs* da árvore, isto é, as pontas dos ramos, de que só um é considerado a casa certa” (ROSENSTIEHL, 1988, p. 257).

Nessa escala de complexidade crescente, chegamos ao labirinto que comporta ciclos, isto é, caminhos sucessivos que, percorridos uma só vez, permitem ao viajante reencontrar os seus próprios passos. Significam a possibilidade de chegar em uma bifurcação por onde já se passou, por um caminho ainda não explorado em sentido inverso. Ou seja, dá-se uma volta e chega-se ao mesmo lugar. Seu efeito psicológico é devastador: a terrível sensação de estar andando em círculo, sem progredir.

Nos filmes, o labirinto, que comunica a angústia da procura contínua, é um ingrediente essencial do suspense. Para Hitchcock como para Fellini, é muito diferente o efeito entre o cruzar os próprios passos (ciclo) e o regressar sobre os próprios passos (árvore) (ROSENSTIEHL, 1988, p. 261).

Mas, afinal, qual é a regra segura que se deve conhecer para não se perder no labirinto? A labirintologia nos responde que é possível resolver os labirintos, isto é, esgotá-los e encontrar a saída. Proclama o triunfo da *métis*, da racionalidade que disseca o problema. A linguagem matemática permite estabelecer uma regra infalível:

Resolver um labirinto conexo significa percorrer, a partir de uma encruzilhada inicial, todos os corredores uma vez em cada sentido, segundo uma regra comum a todas as encruzilhadas, fazendo apenas uso dos sinais de passagem na encruzilhada considerada. Teorema: numa encruzilhada, tomar o corredor de descoberta da própria encruzilhada apenas em último caso (ROSENSTIEHL, 1988, p. 264).

É para isso que serve o fio de Ariadne. Como seu tamanho não cobre toda a extensão de um grande labirinto, ele serve menos para marcar todo o caminho percorrido, garantindo o retorno, mas, sobretudo, usado em sucessivas marcações, serve para garantir o avanço. É o que faz o lápis, marcando a folha de papel, por onde já se passou o jogador. O fio de Ariadne, na lenda, representa a inteligência humana que vence os mais difíceis desafios. Por isso, na versão machista, teria sido sugerido por Dédalo.

Porém, em contraste com o conforto dessas teorizações, o labirinto é, sobretudo, um estado psicológico. É estar num labirinto. É a angustiante vivência do viajante errante, que, sem mapa ou bússola, sem nada que lhe permita prever a configuração do lugar, experimenta a sensação de medo.

Felizmente, não é a situação em que me encontro. Na segurança de meu quarto, diante da tela do computador, posso avançar no labirinto textual em que me meti e para o qual o arrastei, paciente leitor. Trago, finalmente, nessas considerações sobre tão rica metáfora, aquele que considero o maior dos labirintólogos.

O labirinto mais inextricável é aquele em que os ciclos crescem sem limite e, por isso, escapa à *métis* matemática. Não é passível de ser dominado com régua e compasso, mas, por mais paradoxal que possa parecer, pelo estranhamento causado pela arte. Portanto, nos contos e poesias de Borges é que vamos encontrar o mais profundo filosofar sobre as infinitas possibilidades no maior dos labirintos: o mundo em que vivemos nosso cotidiano. É o que diz um personagem do conto *Abenjacan, o Bokari, Morto em seu Labirinto*, ao estranhar que alguém quisesse se esconder no interior de um labirinto construído de modo imponente:

Um fugitivo não se oculta em um labirinto. Não ergue um labirinto sobre um alto lugar da costa, um labirinto vermelho que os marinheiros avistam de longe. Não preciso erguer um labirinto, quando o universo já o é. Para quem quer verdadeiramente ocultar-se, Londres é o melhor labirinto que um pavilhão para o qual se dirigem todos os corredores de um edifício (BORGES 2005, p. 673).

Borges ressalta, igualmente, a dimensão infinita de escolhas e possibilidade no labirinto temporal que é a vida. Em *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam*, um personagem se dá conta de que o labirinto que procurava não havia sido construído no espaço, mas era um livro, um labirinto de símbolos, um invisível labirinto de tempo: “Quase de imediato compreendi; *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam* era o romance caótico; a frase *vários futuros (não a todos)* sugeriu-me a imagem da bifurcação no tempo, não no espaço” (BORGES, 2005, p. 531).

E conclui:

Diferentemente de Newton e de Schopenhauer, seu antepassado não acreditava num tempo uniforme, absoluto. Acreditava em infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam ou que secularmente se ignoram, *abrange* todas as possibilidades (BORGES, 2005, p. 532-533).

Em outro conto, *Os Dois Reis e os Dois Labirintos*, Borges retoma o tema do labirinto aberto (com um número infinito de ciclos), ao falar de um rei da Babilônia que ordenou a construção de um labirinto onde todos os que se aventuravam a entrar nele se perdiam. Com o correr do tempo, chegou à corte um rei dos árabes, e o rei da Babilônia (para zombar da simplicidade de seu hóspede) fez com que ele penetrasse no labirinto, onde vagueou humilhado e confuso até o fim da tarde. Seus lábios não pronunciaram nenhuma queixa, mas disse ao rei da Babilônia que tinha na Arábia um labirinto melhor e, se Deus quisesse, lho daria a conhecer um dia. Posteriormente, atacou a Babilônia e fez prisioneiro o próprio rei, levando-o para o deserto. Disse, em vingança: “na Babilônia me quiseste perder num labirinto de bronze com muitas escadas, portas e muros; agora o Poderoso achou por bem que eu te mostre o meu, onde não há escadas a subir, nem portas a forçar, nem cansativas galerias a percorrer, nem muros que te impeçam os passos” (BORGES, 2005, p. 676). Em seguida, soltou-o e o abandonou no meio do deserto, onde morreu de fome e sede.

Por fim, fazendo uma ponte entre a metáfora do labirinto e as características do hipertexto, trago *A Biblioteca de Babel*. Trata-se de uma biblioteca total, pairando no ar, composta por livros fruto de todas as combinações possíveis de 25 caracteres (as letras, o ponto, a vírgula e o espaço), ou seja, tudo o que é dado a expressar, em todos os idiomas. Confunde-se com o próprio universo, no sentido de que se expande

incessantemente, ininterruptamente, sem se esgotar: “Não há na vasta Biblioteca, dois livros idênticos. Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança” (BORGES, 2005, p. 519). O mais interessante é que o que parecia puro delírio de um escritor, décadas depois pode ser lido como uma genial antevisão da Internet.

6º. *Bívio (ou links): Labirinto e Hipertexto*

Hoje, temos mais presente não o labirinto fechado do Minotauro, mas de outro tipo, o labirinto aberto, infinito por não ser limitado, por não ter parede. É como a Internet, espaço aberto onde se perder significa mais dispersão do que não ter encontrado a única saída. Por causa dessa característica, imperam metáforas náuticas, como a consagrada “navegar na Internet”. Isto por que o mar também não se deixa traçar caminhos. O mar é - como escreveu o historiador francês Ferdinand Braudel, referindo-se ao Mediterrâneo - uma planície líquida. O caminho é traçado enquanto orientação, baseado em referências. O que se impõe é ter uma direção, um rumo. Daí expressões que passaram a ser tão naturais em nossa linguagem como “orientar-se” “desorientado”, “ter um norte na vida”, “desnorteados” etc.

Por isso, como vimos, metáforas como rede (*net*) ou teia (*web*), com a idéia de complexidade que carregam, desbancaram metáforas seculares que prevaleceram como fundantes de concepções epistemológicas lineares. Uma rede é um sistema acentrado. Somos, cada vez mais, desviados para as formas naturais acentradas, os rizomas, as teias, ou mesmo as meta-redes, isto é, as redes de redes. O paradigma arbóreo cede lugar ao de rizoma. Parece tão atual e cheia de sentido a afirmativa de Bachelard, ainda na década de trinta do século XX, de que “o simples é complexo”.

Os textos deixam de ser lineares. Na rede mundial de computadores, textos remetem a outros textos, através de links, que são os nós das redes. Por serem essas características tão atuais, fiquei extremamente surpreso ao me deparar com o pensamento expresso no século XVIII pelo poeta e fisiologista Albrecht Von Haller:

A natureza ata as suas espécies por uma rede, não por uma cadeia: mas os homens só podem seguir cadeias, pois são incapazes de apresentar várias coisas, ao mesmo tempo, em seu discurso (*apud* BLIKSTEIN, 1985, p. 51).

A multiplicidade é uma das características que Ítalo Calvino aborda em seu livro derradeiro *Seis propostas para o próximo milênio*. Declara seu fascínio pela tentativa de Mallarmé de escrever um livro absoluto (*Le Livre*) que seria o fim último do universo,

mas sustenta que o modelo das redes pode tanto ser concentrado, graças ao estilo econômico, nas poucas páginas de um conto de Borges, como pode levar a romances extensíssimos. Aponta-nos que

O que toma forma nos grandes romances do século XX é a idéia de uma enciclopédia aberta, adjetivo que certamente contradiz o substantivo *enciclopédia*, etimologicamente nascido da pretensão de exaurir o conhecimento do mundo encerrando-o num círculo. Hoje em dia, não é mais pensável uma totalidade que não seja potencial, conjectural, múltiplice (CALVINO, 2005, p. 133).

Li no jornal, há alguns meses, que já existem computadores capazes de fazer cálculos a velocidades mais altas que um *petaflop*, isto é, mais de um quatrilhão de operações matemáticas por segundo. A notícia especulava que a própria maneira de fazer ciência em geral tende a mudar por causa desses supercomputadores, pois a possibilidade de simulações quase infinitas permitirá sair bem mais rápido do campo teórico para o prático.

Encaminho-me para conclusão, sobretudo com interrogações. Como enfrentar os desafios colocados por essa nova realidade e que, como a esfinge, parece nos provocar: “decifra-me ou te devoro”? Que novas metáforas se adequarão como fundantes para se pensar as concepções educacionais?

Pensando na educação, hoje enfrentamos o risco de nos perdermos, não mais na dificuldade de encontrar a única saída, mas - perigo maior em labirintos abertos como a Internet - no excesso de informações. É o que nos alerta Marco Silva em *Sala de aula interativa*, quando adverte que rede não é, sobretudo, técnica, mas conceitual, como metáfora do conhecimento. Assim, concebe o professor não mais como aquele que traça uma rota para o aluno seguir, mas como quem disponibiliza redes e referências. Nesse mesmo teor, se pronuncia também Martin-Barbero:

Temos acesso a tantas coisas e tantas línguas que já não sabemos o que queremos. Hoje há tanta informação que é muito difícil saber o que é importante. Mas o problema para mim não é o que vão fazer os meios, mas o que fará o sistema educacional para formar pessoas com capacidade de serem interlocutoras desse entorno; não de um jornal, uma rádio, uma TV, mas desse entorno de informação em que tudo está mesclado. Há muitas coisa a repensar radicalmente (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 10).

Finalizo lembrando-me de uma cena, talvez a final, do filme *Show de Truman*. Nela, o ator Jim Carrey, ao desconfiar que sua vida era manipulada por um programa de televisão, tenta fugir de sua cidade, navegando em um pequeno barco. Após algum

tempo, achando que já estava em mar aberto, bate numa parede e percebe, então, que o horizonte que via ao longe era apenas uma pintura em um muro de um grande tanque. A humanidade, por sua vez, tenta, com muito afinco, encontrar paredes que tragam segurança, delimitando o mundo em que vivemos. Constrói poderosos instrumentos tecnológicos para sondar esses limites. Em relação ao infinitamente pequeno, busca, com o gigantesco acelerador de partículas montado na Suíça, chegar ao menor pedaço de matéria possível. Quanto ao infinitamente grande, o telescópio Hubble, sempre aperfeiçoado, cada vez vê mais longe, mas nada de chegar ao fim do universo. Pelo contrário, parece que vivemos num mundo que imita os infinitos labirintos abertos e temos que aprender a viver nele.

Referências

- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas - volume I 1923-1949*. São Paulo: Globo, 2005.
- BRANDÃO, Junito de Souza, *Mitologia Grega - volume I*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CORTÁZAR, Julio. *Os Reis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Comunidades Falsificadas - Entrevista a Renato Essenfelder Folha de S. Paulo: Caderno Mais, 23/08/2009*.
- MORENTE, Manuel García. *Fundamentos de Filosofia. I: lições preliminares*. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- PERELMAN, Chaïm. Analogia e Metáfora. In: *Enciclopédia Einaudi* vol. 11, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 207/217.
- _____. *Retóricas*. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *O império retórico*. Porto: Edições ASA, s.d.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação - a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLATÃO. *Teeteto*. Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/> Tradução: Carlos Alberto Nunes. Acesso em 29/10/2006.

ROITMAN, Ari. Prefácio. In: COTÁZAR, Julio. *Os Reis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROSENSTIEHL, Pierre. *Labirinto*. In: Enciclopédia Einaudi – volume 13 – Lógica-Combinatória. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1988.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

Apresentado ao Conselho Editorial em 12/08/2009 aprovado em 29/09/2009